

1. Introdução;
2. Ciência e "fazer ciência";
3. A estrutura social e as organizações;
4. Conclusões.

A metodologia científica e o estudo das organizações

Gustavo Luis Gutierrez

Professor de sociologia industrial e do trabalho na Universidade Estadual Paulista, campus de Marília (Unesp).

1. INTRODUÇÃO

Este texto procura trabalhar a questão do levantamento de dados secundários nas pesquisas referentes ao estudo de teoria das organizações e sociologia do trabalho, de uma forma mais ou menos geral. Do processo de levantamento de dados secundários, vamos dar ênfase às primeiras formas de análise desenvolvidas nas ciências sociais, especialmente Marx e Weber, e sua influência nos diversos estudos referentes a organizações complexas, à disposição de pesquisadores e curiosos do assunto.

Para atingirmos este objetivo, o texto foi estruturado da seguinte forma: uma introdução geral a respeito da definição de ciência e uma descrição rápida do que é fazer ciência tanto no sentido mais teórico, como no aspecto mais prático da realidade brasileira atual; a seguir, uma descrição resumida dos métodos de análise da realidade desenvolvidos por Marx e Weber, procurando destacar alguns aspectos que se relacionam mais diretamente com o estudo das organizações, e uma conclusão na qual procuramos, com exemplos dos próprios autores citados, mostrar as principais características da forma de tratamento que cada um deles dá ao estudo das organizações, assim como definir algumas relações entre a metodologia em questão e o desenvolvimento dos diversos temas pertinentes ao assunto.

2. CIÊNCIA E "FAZER CIÊNCIA"

Vamos procurar trabalhar o estudo das organizações de uma forma geral, que permita discutir a utilização da metodologia de pesquisa, no que se refere às organizações complexas, tanto do ponto de vista da sociologia do trabalho e da teoria das organizações, como também da administração de empresas e da sociologia em geral.

A importância de estudar as organizações advém da própria importância que estas possuem na produção e reprodução das condições de existência da humanidade. A organização produtiva, como organização do trabalho, ocupa espaço fundamental dentro do estudo das ciências humanas. "O trabalho é um denominador comum e uma condição de toda vida humana em sociedade."¹ A importância do estudo das organizações está relacionada com o papel do trabalho na organização social. Justamente pela forma que se organiza o trabalho, pelas suas condições e necessidades, a estrutura da sociedade pode apresentar determinadas características em detrimento de outra.

"O trabalho, na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre sua psique, o seu *habitus* e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade."² Dentro desta dimensão que o trabalho assume, na perspectiva histórica da formação do homem, como processo que o constitui e o distingue, separando-o do animalesco e dando-lhe a dimensão do tempo passado, presente e futuro,³ pode-se perceber que o estudo das organizações humanas, principalmente no que se refere à organização do trabalho, não pode ser limitado na sua importância e na sua abrangência dentro do contexto da vida social. Trata-se antes de um elemento fundamental na compreensão da vida humana e cujos limites não se encontram, simplesmente, na fábrica ou no escritório; sua influência percebe-se nos mais diversos aspectos da vida social.

A forma de estudarmos este tema, procurando desenhar as relações que existem entre a organização do trabalho e a estrutura social, assim como as próprias relações internas inerentes à organização do trabalho, passa em primeiro lugar pela discussão da ciência e da metodologia científica, no seu papel de elemento capaz de produzir um conhecimento correto, tanto afastado do conhecimento empírico, fruto do senso comum, como da ideologia e do debate político apaixonado.

O objetivo deste texto não vai ser, contudo, a metodologia propriamente dita, pela qual pretendemos apreender as formas de organização do trabalho. O que vamos procurar desenvolver tem um sentido mais modesto e, talvez, mais prático. Como já colocamos, no estudo das ciências humanas e, mais especificamente, teoria das organizações e sociologia do trabalho, deparamo-nos constantemente com textos referentes à estrutura de organizações; vamos procurar desenvolver algumas das características, deste texto, no que se refere às suas opções metodológicas, de forma a facilitar o seu entendimento e, conseqüentemente, a sua utilização no estudo e pesquisa.

A primeira questão que surge, então, é a definição de ciência e método científico. Bunge coloca o seguinte a este respeito, "Científico é comprovável e compatível com o conhecimento comum. A linha divisória entre as hipóteses e as teorias científicas e as não-científicas não é, pois, com probabilidade em si mesma, mas a com probabilidade somada à compatibilidade com o conhecimento científico básico."⁴ Temos então o conhecimento científico como algo comprovável e, além disso, de acordo com os preceitos científicos em geral. Severino coloca desta forma a discussão, "... neste texto, o trabalho científico assume a forma dissertativa, pois seu objetivo é demonstrar, mediante argumentos, uma tese, que é uma solução proposta para um problema relativo a um determinado tema... Estes argumentos fundam-se nas conclusões dos raciocínios e nas conclusões dos processos de levantamento e caracterização de fatos. O raciocínio é um processo lógico de pensamento pelo qual conhecimentos são encadeados de maneira a produzir, mediante algumas exigências meramente lógico-rationais, novos conhecimentos."⁵

Em resumo, o método científico é uma forma de utilização do raciocínio, conforme os procedimentos lógicos, para produzir ciência. E o trabalho científico, como tal, deve corresponder à utilização correta desta metodologia, de forma a produzir trabalhos de valor reconhecido, segundo normas e procedimentos em parte já estabelecidos e em cujo desenvolvimento pode também contribuir, apresentado de uma forma mais ou menos tradicional.

A utilização desta metodologia, além de ser a única forma comprobatória e verdadeira de estudar a realidade, possibilita a avaliação qualitativa da produção de conhecimento e facilita o intercâmbio dos avanços nos diversos setores da ciência entre os vários grupos de estudantes e pesquisadores, de maneira relativamente independente de divisões geográficas e político-administrativas.

O método científico, além de permitir produzir ciência, facilitar o intercâmbio de resultados e sua avaliação, tem outro aspecto que é, justamente, o de inibir a criatividade e a formulação de soluções diferentes e originais para os problemas tratados. Quando, desde os critérios para aceitação de hipóteses até o aspecto mais formal da pesquisa — como a ordem de página de rosto, capa, sumário, listas de tabelas, quadros e figuras, bibliografia, etc. — contam como critério de avaliação, acaba impondo-se uma formalização acadêmica, que, às vezes, pode soar ao jovem pesquisador e estudante mais como uma demonstração de docilidade e educação submissão ao sistema de produção intelectual vigente, do que qualquer tributo real à clareza e eficiência do desenvolvimento científico.

Feyerabend trata dessa questão quando escreve "A condição de coerência, por força da qual se exige que as hipóteses novas se ajustem a teorias aceitas, é desastrosa, pois preserva a teoria mais antiga e não a melhor. Hipótese que contradizem teorias bem assentadas proporcionam-nos evidência impossível de obter de outra forma. A proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade lhe debilita o poder crítico. A uniformidade, além disso, ameaça o livre desenvolvimento do indivíduo."⁶

No caso brasileiro, mais especificamente, deve-se somar a esta discussão as características específicas de uma economia endividada e em crise financeira, cujo reflexo se sente com intensidade no trabalho de produção científica "... (a pós-graduação) constitui-se hoje em mera reciclagem da graduação, pois em sua estrutura e funcionamento faltam tudo: nível de professores qualificados, bibliotecas especializadas com suficiente acervo para atender a número elevado de alunos e bolsas financeiramente significativas, que não obriguem o pós-graduando a dedicar-se a 'bicos' em detrimento de suas horas de leitura e reflexão."⁷

A colocação destas posições não visa aprofundar a discussão sobre a validade do método científico nem tampouco sobre as condições de produção científica. Procuramos apenas mostrar um pouco do que existe em discussão e não entronizar a metodologia de pesquisa atualmente adotada, assim como ressaltar que existem condicionantes sociais, políticas e financeiras às quais o desenvolvimento científico não é impermeável, podendo chegar, em alguns casos, a ser uma consequência quase que direta.

Para o que vamos tratar neste texto, a metodologia adotada nos estudos que têm por tema as organizações, podemos considerar que os livros em questão já passaram pelos crivos institucionais citados, ou seja, em geral foram elaborados dentro dos cânones da produção acadêmica e sob as pressões comuns a este tipo de trabalho.

O estudo das organizações possui duas características básicas. Ele é tipicamente multidisciplinar e associa a análise própria das ciências humanas com a utilização de técnicas quantitativas algumas vezes bastante sofisticadas.

Multidisciplinar porque o estudo das organizações lança mão de trabalhos específicos de muitas áreas diferentes. A ciência política, a psicologia, a história, a sociologia, a economia, entre outras, contribuem para o estudo das organizações em proporções que variam conforme o enfoque de cada pesquisa. Assim, por exemplo, a pesquisa pode privilegiar aspectos da relação homem-máquina onde conhecimentos próprios da medicina, psicologia e tecnologia assumem papel importante, da mesma forma que outro trabalho pode enfocar aspectos da relação entre trabalhadores e patrões, com maior ênfase na dimensão política e social.

Do ponto de vista da utilização de técnicas quantitativas, basicamente estatísticas, sua função fundamental é fornecer dados de apoio no trabalho dedutivo e comprobatório; isso não quer dizer que não sejam importantes, pelo contrário, mas por pertencerem ao campo das ciências exatas, apresentam menos controvérsias teóricas, embora sua utilização correta não seja, por isso, mais fácil.

O recurso ao conhecimento produzido por todas estas áreas diferentes para o estudo das organizações é parcialmente responsável pelo fascínio que ele exerce sobre alguns estudantes e pesquisadores, já que limita menos o campo de atuação do que outros ramos da ciência, abrindo um leque de opções para a exploração científica quase tão amplo quanto as próprias ciências humanas, com passagens turísticas pelas ciências exatas e biomédicas, prática encantadora para alguns espíritos desde há muito na história da cultura. Isto, contudo,

tem seus inconvenientes, tanto no sentido de desenvolver uma metodologia específica para o estudo das organizações, como também por acabar incorporando controvérsias ainda não resolvidas em outros setores da ciência, como por exemplo das ciências sociais.

3. A ESTRUTURA SOCIAL E AS ORGANIZAÇÕES

As organizações possuem relações internas próprias, relacionam-se entre si e com o meio ambiente que as rodeia. Este meio ambiente é a sociedade, com suas características políticas, culturais e históricas específicas. Desta forma, o estudo das relações sociais importa diretamente ao estudo das organizações produtivas.

O estudo e a compreensão da estrutura de uma organização produtiva necessita de uma interpretação da estrutura social e de sua conjuntura histórica. Uma empresa surge e sobrevive na medida em que atende satisfatoriamente demandas do ambiente social que a rodeia. Varia o que produz e a maneira como o faz, justamente pela especificidade política e cultural do momento histórico em que está inserida. Esta relação entre a organização produtiva e a sociedade pode ser, ou não, hierarquizada, conforme a interpretação sociológica; mas de qualquer forma existe uma relação de mútua influência, onde tanto o estágio social de desenvolvimento pode vir a ser considerado determinante da forma de produção adotada, como as alternativas e soluções encontradas para produzir influenciam as relações sociais.

A visualização científica deste processo de relações passa pela interpretação sociológica da sociedade, o que acaba implicando que praticamente todos os trabalhos sobre organizações tragam no seu bojo, geralmente não-explicitada, uma definição metodológica extraída das ciências sociais. Pierre Naville, escrevendo sobre o método na sociologia do trabalho diz o seguinte: "...devemos, primeiro que tudo, precisar a espécie de domínio que a investigação permite exercer sobre os diferentes fenômenos do trabalho. Com efeito, a significação e o valor dos resultados alcançados devem ser apreciados em função do tipo de investigação efetuada: os fatos destacados são fatos construídos, de sorte que o objeto apreendido não é indiferente à forma de apreensão. Por exemplo, Marx e Durkheim não estudam a divisão do trabalho pelo mesmo método. Isso explica de maneira importante que um veja nela, inicialmente, uma oposição social, e o outro nela observe, principalmente, uma solidariedade orgânica: o primeiro emprega um método dialético ao passo que o outro se serve de um modelo organicista".⁸

Este trecho resume, com objetividade, o que estamos tratando. A forma de investigação, a opção metodológica, extraída fundamentalmente da sociologia, interfere nas pesquisas a respeito da organização do trabalho e da estrutura da organização produtiva.

Vamos então procurar tornar mais claras algumas destas relações. Por uma questão de preferência e das limitações naturais deste artigo, vamos discutir essencialmente alguns aspectos das obras de Marx e Weber, procurando destacar as suas formas de estudar as organizações.

"Karl Marx fornece uma visão sociológica finalista, que perpassa seu pensamento no nível dos modelos macrosociais, surgindo como reação ao desafio da revolução industrial inglesa, onde a divisão manufatureira do trabalho, como combinação de ofícios independentes, implica a concentração do processo produtivo, criando estruturas reificadoras do homem. Ao lado da importância atribuída à fábrica como instituição decisiva da sociedade industrial, Karl Marx incidentalmente aborda o processo de burocratização da empresa, a patologia industrial, sem, porém, desenvolver sistematicamente uma teoria da organização formal."⁹

"Marx representou uma síntese de caráter totalizador, integrando os esquemas clássicos da economia inglesa, do socialismo francês e a dialética hegeliana, constituindo-se resposta intelectual à emergência de uma sociedade de classes oriunda da Revolução Industrial e de sua propagação pela Europa."¹⁰ Utilizando o método dialético, procura interpretar a estrutura social, partindo do conceito de mercadoria, privilegiando as condições materiais de produção como determinante social, pelo menos na instância econômica.

Segundo Badiou, "a primeira grande tese do materialismo dialético, considerado aqui como epistemologia do materialismo histórico, estabelece que o conjunto conjuntural ou, dito de outra forma, que o 'todo complexo' possui a unidade de uma estrutura articulada com uma dominante."¹¹ Esta dominante desloca-se na conjuntura conforme o momento histórico, podendo passar por conjuntura com dominante política, ideológica, econômica ou científica.

"A segunda grande tese do materialismo dialético é esta (tremendamente simplificada): existe uma prática determinante, e esta prática é a prática econômica, exatamente a prática cujos limites são a natureza e os produtos de uso."¹²

Como o autor coloca no texto, é preciso atenção para não cair numa interpretação economicista da história, ou seja, subordinar toda a análise social a fatores de origem econômica, ao trabalhar com estes conceitos. Parece importante ressaltar a diferença entre prática determinante e dominante conjuntural, cuja distinção está, ao nosso ver, na dimensão histórica de cada categoria de análise, já que a prática determinante é mais abrangente que dominante conjuntural, o que não quer dizer que a instância econômica seja necessariamente dominante em todas as conjunturas.

Maria Harnecker coloca o seguinte: "Depois de analisar as diversas relações que se produzem no processo econômico, podemos chegar a concluir que são as relações de produção que constituem o elemento dominante... Este caráter determinante das relações de produção é o que explica o fato de Marx só fazer intervir, exclusivamente, estas relações na definição do nível econômico."¹³

O marxismo define papéis bem claros para as classes sociais no processo de desenvolvimento dialético da história. "Marx queria mostrar que todas as condições de produção, de circulação, de distribuição capitalistas (portanto toda a chamada política) se acham dominadas pela existência das classes sociais e da luta de classes."¹⁴ Como a interpretação materialista da história permite prever a evolução da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores, em alguns casos todo este ra-

ciocínio pode predispor a conclusões específicas ou à valorização de determinadas premissas em detrimento de outras, ao desenvolvermos uma pesquisa que tenha por objeto a organização produtiva.

Isto pode ser evidenciado com a seguinte citação: “As relações sociais de produção não podem ser consideradas apenas como relações humanas, relações entre homens. São relações entre agentes de produção, isto é, entre homens que têm uma função bem determinada na produção de bens materiais, a qual depende da forma que se relacionam com os meios de produção: entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos. Esta relação entre homens passa, portanto, através de uma relação com os objetos: os meios de produção. Este ponto é de grande importância, já que destrói todas as idéias utópicas de colaboração entre operários e patrões. As relações entre operários e patrões não poderão ser fraternais enquanto não mudarem as relações com os meios de produção.”¹⁵ É fácil imaginar como este aspecto do trabalho de Marx pode influenciar a interpretação de um fenômeno como a cogestão nas empresas, por exemplo.

Temos então, resumidamente, duas classes sociais antagonicas que se relacionam de forma dialética. Os trabalhadores, dissociados da propriedade dos meios de produção, possuem o potencial revolucionário de alterar a sociedade, enquanto os capitalistas, detentores dos meios de produção, exercem a dominação inclusive ideológica.

É impossível descrever a obra de uma vida como a de Marx em poucas linhas, tal a sua extensão e diversidade. Convém lembrar contudo que a sua exposição pode variar conforme a interpretação que se lhe dá, assim como pela época da vida do autor em que foi elaborada.

Estas características básicas do materialismo dialético não visam expor esta teoria em toda sua riqueza, nem discutir a validade de seus pressupostos, apenas expô-la resumidamente para poder estudar sua influência na análise de organizações produtivas. Uma visão economicista da sociedade, intencional ou não, o determinismo histórico, conceitos como práxis, classes sociais e relações de produção, no sentido marxista, podem transferir a interpretação de características internas de uma organização produtiva, sem que isso seja necessariamente aludido em nenhuma parte, para um universo teórico-conceitual e metodológico específico que, por sua vez, terá papel importante nas conclusões a respeito.

Por seu lado, Max Weber desenvolve uma obra posterior à de Marx, com a qual não concorda na essência e a qual procura refutar. “*La ética protestante y el espíritu del capitalismo* es, a la vez, un estudio sociológico de la religion y un trabajo metodológico concebido como una puesta en cuestión del materialismo histórico.”¹⁶ Weber discorda, basicamente, do determinismo econômico do materialismo histórico, tanto no sentido da importância dada por Marx à instância econômica no desenvolvimento das relações sociais, como também da possibilidade de vir a prever a evolução da organização social que o marxismo desenvolve através da utilização do método dialético.

Essa posição de Weber fica bem evidenciada em sua obra. Podemos citar como exemplo: “Libertos do pre-

conceito obsoleto de que a totalidade dos fenômenos culturais poderia ser deduzida como produto ou como função de determinadas constelações de interesses materiais, vemos no entanto que a análise dos fenômenos sociais e dos eventos culturais sob a perspectiva especial de seu condicionamento e alcance econômico foi um princípio científico de fecundidade criadora, e continuará a sê-lo enquanto dele se fizer um uso prudente e livre de inibições dogmáticas. Quanto à chama da ‘concepção materialista da história’, é preciso repeli-la com a maior firmeza enquanto ‘concepção de mundo’ ou quando encarada como denominador comum da explicação causal da realidade histórica.”¹⁷

Ou ainda no seguinte trecho referente à metodologia de Weber: “Weber, hostil a la tradición hegeliana, rechazada, como es sabido, toda teoría que hubiera tenido la pretensión de captar los fenómenos sociales en su totalidad, o sea, en el conjunto de sus relaciones recíprocas.”¹⁸

Weber trabalha muito com as categorias de sujeito e dominação. O agente histórico, movido por um sentido racional de busca de dominação, compõe o sujeito de análise, cuja ação individual é regida por uma hierarquia de valores. Este sujeito atua dentro de uma esfera de ação que possui autonomia e legalidade próprias. O contato entre as esferas de ação faz-se através da ação de agentes individuais, que possuem responsabilidade pelas suas ações.

“Vale dizer, cada esfera de ação desenvolve-se, enquanto processo, conforme sua lógica imanente particular, ao mesmo tempo em que entra em contato e estabelece relações com as demais, através de sujeitos individuais.”¹⁹

A ação, neste nível, possui um sentido possível de ser determinado, contudo esta determinação não é possível para a história como um todo, em função da infinidade e riqueza de variáveis envolvidas.²⁰ Weber considera impossível, para a ciência, captar a totalidade da evolução histórica, sendo necessário restringir o estudo a casos específicos e delimitados. Também considera que não é possível retirar a influência subjetiva do autor no processo de escolha de um tema para pesquisa.

Nesse processo de conhecimento científico da realidade, Max Weber utiliza como recurso auxiliar o desenvolvimento de “tipos ideais”. Segundo Vincent, “*construcciones del espíritu que permiten ordenar la realidad, y que no pueden confundirse con los promedios sociales, puesto que no son, hablando en propiedad, una representación típica de la realidad, sino simplemente instrumentos que sirven para delimitar la realidad social de forma mas unívoca*”.²¹

Como colocamos em relação ao materialismo histórico, não se trata de descrever em profundidade o método de Weber, mas tentar caracterizá-lo no que tem de mais significativo, assim como sua relação com o marxismo, de forma a poder relacioná-lo com o estudo das organizações produtivas.

“Como é sabido, o pensamento weberiano move-se no campo da apropriação e distribuição e não do trabalho e da produção; aqui manifesta-se sua diferença não só em relação a Marx mas já em relação a Hegel, expressa ambas as vezes na rejeição de qualquer perspectiva dialética, que, no concernente a Hegel, ele ca-

racterizava negativamente como uma visão emanista e panlogista da história”.²²

4. CONCLUSÕES

Mesmo que estes dois autores não tenham desenvolvido trabalhos específicos sobre as organizações, na forma atual, o trabalho social e individual aparece com frequência como um elemento importante.

Dada a especificidade do método adotado por Marx, talvez seja este quem mais vai dedicar atenção ao trabalho. No seu primeiro livro, *O capital*, Marx refere-se ao trabalho do tecelão e do alfaiate, e o produto de seu trabalho, o tecido e a roupa.²³ Neste caso, ocorre um constante vaivém entre o produtor individual e o fruto de seu trabalho particularizado, o trabalhador como elemento social, pertencente a uma classe e o produto de seu trabalho como produto das relações sociais de produção, incorporando no seu interior uma parcela de trabalho alienado e envolvido pelo fetichismo da mercadoria. Este constante movimento entre o particular e o geral vai caracterizar a utilização do método dialético por Marx.

Mais adiante, reproduz declarações de crianças de até sete anos de idade, empregadas na indústria, que citam nomes de empresários, demonstrando a “avidez por trabalho excedente” do capitalista. Não há, contudo, interesse específico em ver entre um capitalista e outro, mas ressaltar as relações entre os capitalistas e os trabalhadores como classes sociais.²⁴ Da mesma forma quando se refere ao trabalho diurno e noturno,²⁵ ou quando estuda a maquinaria e a indústria moderna.²⁶

A preocupação central, neste caso, é a relação entre a máquina e o modo de produção em questão, assim como a sua evolução desde o artesanato até a indústria, sem a preocupação, naquele instante, de fazer cortes teóricos sobre a diversidade dentro do mesmo modo de produção social.

Weber, por sua vez, desenvolve uma análise distinta ao estudar o mesmo modo de desenvolvimento do capitalismo. Em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* desenvolve a análise fundamentada na especificidade de um grupo, representado em todas as camadas sociais, do trabalhador ao empresário, que, por sua postura ético-religiosa diante do mundo, de ascetismo e valorização do trabalho árduo, vai propiciar as condições para o surgimento e desenvolvimento do capitalismo; dentro deste grupo, refere-se a distinções entre as diversas divisões do protestantismo, como quando se refere a Calvino²⁷ ou, numa nota de rodapé, aos Quakers.²⁸

Em outra passagem, na *História Geral da Economia*, Weber faz uma distinção entre o protestante e o judeu no aspecto da confiabilidade para os negócios: “o fato de pertencer a uma seita que não conhecia a distinção judaica entre moral de grupo e moral exterior assegurava a honorabilidade e a honestidade profissional e, por conseguinte, o pleno êxito na vida”.²⁹ Esta distinção vale para elementos integrantes da mesma classe social, ou seja, mesmo pertencendo à mesma classe social, eles não se tornam iguais, mas preservam sua identidade quanto à forma de comportamento histórico adotado.

Assim como a utilização do método dialético por Marx acarreta constante vaivém entre o individual e o geral, em Weber vamos encontrar, frequentemente, cortes entre grupos ou entre elementos de um mesmo grupo, por ele definido para estudo.

Exemplo de aplicação prática de categorias weberianas para a pesquisa das organizações pode ser o seu trabalho sobre os três tipos puros de dominação legítima, definidos como dominação legal, tradicional ou carismática.³⁰ Mesmo que estes tipos de dominação não se encontrem, na sua forma pura, na realidade concreta, servem como auxiliar na definição da forma de dominação interna praticada em uma dada organização; como, aliás, o próprio autor faz ao comparar a organização da empresa com os Estados modernos, a organização grega e chinesa antiga e seitas religiosas.

Estas duas opções metodológicas desenvolvem uma visão científica do conjunto da sociedade e da sua evolução histórica, articulando seus diversos elementos constitutivos, entre os quais o trabalho e as organizações sociais e produtivas. Temos então duas instâncias de análise. O método utilizado para a compreensão científica da sociedade pode ser aplicado para o conhecimento da estrutura e funcionamento da organização produtiva, mas, por outro lado, sua aplicação a uma parcela da sociedade implica a concordância pelo menos no essencial, com suas conclusões para o ambiente social e uma articulação entre o todo e as partes de forma coerente.

Nada impede estudar a organização produtiva da maneira que o faz o materialismo dialético, contudo sua aplicação faz-se de forma coerente com o mesmo para o todo social. Ou seja, uma opção metodológica para o estudo das organizações, muito provavelmente, implicará uma opção também para a apreensão do funcionamento da sociedade; e a aplicação de um método científico para a compreensão da estrutura social definirá papéis e limites para a organização do trabalho no seu meio, assim como para as variáveis ambientais que interagem com ela.

As opções metodológicas atualmente adotadas, contudo, não são mais tão claras quanto o foram nos dois autores estudados, e nem tampouco são elas as únicas. Podemos citar Durkheim e Proudhon como outros dois exemplos. Convém também colocar que suas obras não são absolutamente uniformes no tempo, e nem existe unanimidade quanto à sua interpretação.

Voltamos então ao elemento central que gerou esta reflexão. Quando temos em mãos um texto sobre organizações, ele traz em si, além de sua contribuição própria, um apoio metodológico, cuja especificação geralmente não está no texto, mas advém de um universo de idéias definido e que deve ser de conhecimento comum daqueles que se interessam pelo estudo do assunto. Ocorre que este apoio ou referência metodológica determina algumas relações e, às vezes, até conclusões dos textos acerca das organizações produtivas, sem que isso chegue a ser explicitado. Ou seja, o autor vai concluir sobre os dados coletados e analisados no corpo do texto, em função do tratamento específico que lhes tenha dado e em função de uma opção metodológica científica, não explorada no texto; inclusive porque o seu desenvolvimento acarretaria, muitas vezes, mais espaço

e reflexão que o espaço dedicado ao estudo da organização em si.

Não se trata de validar mais um autor do que outro. Cada um tem suas características, trabalhando mais alguns aspectos em detrimento de outros. De uma forma geral, Weber incorpora mais elementos no que se refere ao estudo da organização como unidade, e as relações entre seus elementos constitutivos. Por seu lado, Marx talvez forneça uma contribuição maior no sentido do papel social das organizações produtivas, das relações de produção dentro de cada estágio de desenvolvimento, e da relação entre os elementos que compõem a sociedade e a forma de produção social adotada.

A metodologia marxista esvazia um pouco a importância do estudo de uma organização específica, ou o estudo comparado de várias organizações. Colocações como "(...) é importante analisar que estas relações sociais de produção se estabelecem independentemente da vontade dos homens. O capitalista explora e explorará o operário embora a isso não se proponha conscientemente, ainda que lute contra essa exploração, já que as leis objetivas do sistema capitalista são inflexíveis: ou a exploração dos trabalhadores ou a morte do empresário, não há outra alternativa"³¹ diminuem sensivelmente a importância e o interesse no estudo exclusivo de determinada organização, haja vista a preponderância do social na definição dos papéis internos à organização, e a determinação social de seus agentes.

A ênfase no conflito de interesses entre operários e patrões pode, também, ajudar a estudar comportamentos sociais importantes, como a solidariedade orgânica de classe e sua institucionalização em sindicatos.

Weber, por sua vez, desenvolve um método, ao enfatizar as relações de dominação e distribuição, mais apropriado ao estudo isolado das organizações, atribuindo importância maior às particularidades dentro do mesmo modo de produção social, assim como ao papel dos elementos humanos que constituem cada organização.

Ambas as metodologias aqui vistas permitem o estudo da organização produtiva; o importante ao trabalharmos com textos sobre este tema é conseguir discernir o universo metodológico em que o autor se movimenta, de forma a distinguir com mais clareza o caminho que ele usa para chegar às conclusões, para definir seu objeto de estudo e categorias de análise.³²

¹ Friedman, George & Naville, Pierre. *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo, Cultrix, 1973. p. 19.

² Kosik, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 180.

³ Id. *ibid.* p. 183.

⁴ Bunge, Mário. *Epistemologia: curso de atualização*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. p. 24.

⁵ Severino, Antonio Joaquim, *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez, 1983. p. 171.

⁶ Feyerabend, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977. p. 46.

⁷ Tragtenberg, Mauricio. Educação brasileira: diagnóstico e perspectivas. In: Rattner, Henrique. *Brasil 1990, caminhos alternativos para o desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 200.

⁸ Naville, Pierre. O método na sociologia do trabalho. In: Friedman, George & Naville, Pierre. op. cit. p. 56.

⁹ Tragtenberg, Mauricio. *Burocracia e ideologia*. São Paulo, Ática, 1974. p. 69.

¹⁰ Id. *ibid.* p. 108.

¹¹ Badiou, Alain. O (re)começo do materialismo dialético. In: Althusser, Louis & Badiou, Alain. *Materialismo histórico e materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo, Global, 1979. p. 21.

¹² Id. *ibid.* p. 22.

¹³ Harnecker, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo, Global, 1983. p. 85.

¹⁴ Id. *ibid.* p. 12.

¹⁵ Id. *ibid.* p. 63.

¹⁶ Vicent, Jean Marie. *La metodologia de Max Weber*. Barcelona, Anagrama, 1976. p. 5.

¹⁷ Weber, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: Cohn, Gabriel, org. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1982. p. 84.

¹⁸ Vincent, Jean Marie. op. cit. p. 30.

¹⁹ Cohn, Gabriel. *Crítica e resignação, fundamentos de sociologia de Max Weber*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. p. 141.

²⁰ Weber, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. op. cit. p. 84.

²¹ Vincent, Jean Marie. op. cit. p. 17.

²² Cohn, Gabriel. op. cit. p. 122.

²³ Marx, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p. 50 e seg.

²⁴ Id. *ibid.* p. 265 e seg.

²⁵ Id. *ibid.* p. 290.

²⁶ Id. *ibid.* p. 423.

²⁷ Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 176.

²⁸ Id. *ibid.* p. 222.

²⁹ Weber, Max. *História geral da economia*. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 176.

³⁰ Weber, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: Cohn, Gabriel. op. cit. p. 128 e seg.

³¹ Harnecker, Marta. op. cit. p. 64.

³² Como exemplos de estudos desenvolvidos com uma linha metodológica bastante definida, sobre organizações e o papel do trabalho, podemos citar: Etzioni, Amitai. *Organizações modernas*. São Paulo, Pioneira, 1974 e Gorz, André, org., *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.